

CRONICA UNIVERSITÁRIA.

Professor Dr. Miguel Reale, Reitor da Universidade de São Paulo.

Professor Miguel Reale, pela segunda vêz, assume a Reitoria da Universidade de São Paulo, escolhido pelo Sr. Governador do Estado dentre a lista tríptica, apresentada pelo Colendo Conselho Universitário.

Realizou-se a cerimônia de investidura em sessão solene do Conselho Universitário, no salão nobre desta Faculdade a 5 de novembro do corrente ano. Preside à mesa o Sr. Prof. Dr. João Alves Meira, autoridade maior do Conselho.

Compareceram ao ato altas personalidades civis e militares, professôres, alunos e amigos do novo Reitor, o qual foi saudado pelo Sr. Conselheiro Dr. Laerte de Almeida Moraes. Agradecendo, Prof. Miguel Reale profere o discurso de posse, em que analisa a função e objetivos da Universidade em sua nova estrutura, sob o título: *Perspectivas da Reforma Universitária* publicado a seguir.

Perspectivas da reforma universitária

Se já era uma de minhas vaidades a lembrança de ter sido Reitor da Universidade de São Paulo, podeis bem compreender com que emoção assumo, hoje, as funções que me foram confiadas pelo Colendo Conselho Universitário e pelo ilustre Governador Roberto Costa de Abreu Sodré.

O fato de tratar-se de uma recondução, após um intervalo de vinte anos, além de aumentar sobremaneira a res-

ponsabilidade do posto assumido, sugere, desde logo, ao meu espírito, a conveniência de um olhar retrospectivo, não por impulso saudosista, mas pela arraigada convicção que tenho de que a análise objetiva do passado jamais constitui tropêço à caminhada para o futuro. Será como que um diálogo entre os problemas do ontem e os de nossos dias, mesmo porque, no processo das coisas humanas, nem tudo são novidades, assim como nem tudo são velharias, ressurgindo, às vêzes, antigas perguntas, numa luz imprevisível e surpreendente, enquanto que a última e mais pretensiosa das descobertas pode perder repentinamente o encanto, sem fincar raízes no tempo.

A referência à minha experiência como Reitor, de agosto de 1949 a junho do ano seguinte, servirá, penso eu, a demonstrar, no limiar de 1970, que será o ano da *reforma universitária*, que esta não surge “ex abrupto”, mas constitui antes o resultado necessário de uma contínua evolução, cujo ritmo, contudo, foi acelerado pelo impacto de fatores múltiplos, próprios de uma civilização em mudança, e tal como deve ocorrer, com mais razão, num país prioritariamente empenhado na tarefa do desenvolvimento.

A bem ver, a Universidade de São Paulo surgiu sob o signo de uma salutar revisão crítica, desde quando, para assegurar mais concreta execução às estruturas previstas na legislação federal de 1931 a 1934, os seus fundadores deram exemplo de admirável abertura cultural, fortalecendo a novel entidade com a experiência e o saber de eminentes mestres estrangeiros, cujos ensinamentos se harmonizaram com os dos professores de nossas antigas Faculdades, operando-se, dêsse modo, uma combinação benéfica de valôres diversificados.

Pois bem, quando me coube a direção da USP, quinze anos após a sua fundação, já eram inegáveis os sinais de que se impunham algumas alterações de natureza estrutural, como conseqüência do vertiginoso crescimento demo-



Prof. Dr. MIGUEL REALE, nôvo Reitor da Universidade de São Paulo.

gráfico e econômico da terra paulista, assim como do advento de novas exigências científicas e tecnológicas.

É que, apesar dos esforços de seus idealizadores, a Universidade não lograra, como ainda não logrou totalmente, superar as forças setoriais ou centrífugas, que a impedem de atingir a plena integração de seus recursos materiais e humanos. No sentido da unidade universitária foi dado um passo decisivo, naquela época, quando deixaram de existir descabidas distinções, tanto do ponto de vista da dignidade acadêmica como dos vencimentos, entre as várias categorias de Escolas ou de carreiras docentes. Tão natural é hoje a equivalência entre a produção científica de um engenheiro e a de um agrônomo, de um jurista e a de um médico-veterinário, que nem sequer nos recordamos das obsoletas discriminações ainda vigentes há apenas quatro lustros. Ora, a equiparação então realizada, em obediência ao princípio fundamental da unidade da ciência, já revelava que estavam prestes a eclodir, caracterizando este segundo após guerra, novas e insuspeitadas formas de preparo científico e tecnológico, abrindo um leque de especializações, a exigir quadros de ensino superior mais adequados.

É ainda no mesmo período que tem início um fato de suma importância: a projeção da Universidade para o Interior, a começar pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, segundo um programa de distribuição de institutos complementares, segundo as regiões geo-econômicas do Estado. Foi pena ter-se abandonado o plano inicial, que previa o crescimento orgânico da própria USP, na perspectiva de oportunos e previsíveis desmembramentos, para dar origem a novas Universidades, como é o caso da atual Universidade Estadual de Campinas.

Outro ponto que merece ser lembrado, para demonstrar que a nossa Universidade jamais se reduziu, como se assoalha, a uma entidade estática ou anquilosada, foi o estabelecimento de cursos noturnos, em obediência a preceito da

Constituição de São Paulo. Eis aí outro fator que se impunha, ao lado dos dois outros já apontados, a marcar o início de uma compreensão por assim dizer mais social das atividades educacionais, propiciando-se reais possibilidades de acesso aos estudantes que trabalham. Era o problema existencial que aflorava com tôdas as suas implicações, problema êsse que, hoje em dia, se apresenta com maior amplitude e fôrça, por se reconhecer que um dos primeiros deveres do Estado é garantir meios de aperfeiçoamento cultural a quantos efetivamente demonstrem capacidade para estudos de nível superior.

Não se trata, porém, de agitar a ilusória bandeira da gratuidade de taxas de ensino, concedida indiscriminadamente a ricos e pobres, a dedicados e a desidiosos, mas sim de afirmar que a pobreza não pode e não deve representar uma barreira para os que estudam por vocação e, enriquecendo o próprio espírito, enriquecem a comunidade a que pertencem.

Não se cuide, porém, que, mediante o regime de bolsas, a ser instituído progressivamente em substituição à atual gratuidade geral, tal como o determina a Constituição da República, a Universidade irá colocar o aluno na posição de quem solicita um favor. É à Universidade mesma que incumbe a iniciativa de ir ao encontro dos que necessitam de amparo, assistindo ao estudante o direito de exigir que o Estado cumpra a sua obrigação perante os valores da educação e da cultura. Se algum compromisso posso assumir, nesta hora, é o de ser o mais exigente cobrador dessa dívida do Estado, a qual só pode ter como única e necessária contrapartida a obrigação real do estudo e da pesquisa. Nesse ponto, aliás, sinto-me tranqüilo, pois sei que não nos faltará o apóio do Governador Roberto Costa de Abreu Sodré, que tem, efetivamente, colocado a educação entre as metas prioritárias de suas realizações administrativas.

Mas, volvamos ao nosso diálogo com o tempo vivido. Há um problema que então como agora preocupava os

espíritos mais afeitos à problemática universitária: é o da integração das atividades docentes, ou, por outras palavras, a luta contra a dispersão e o desperdício de esforços e de aparelhamentos, mal condenável em qualquer Nação, mas que chega a constituir verdadeiro atentado cívico em países como o nosso, com poucos recursos financeiros e humanos para atender aos imperativos da ciência e da tecnologia.

Confesso-vos que, vinte anos atrás, por mais que o plano de integração contasse com o apóio de ilustres mestres, não foi possível ir além de um projeto de Instituto de Estatística, destinado a congregar, numa única entidade, quantos se dedicavam a êsse ramo do conhecimento. Não ignoro que, depois, surgiram outros e mais complexos processos integrativos, à medida que a nossa Universidade veio multiplicando as suas unidades de ensino e enriquecendo os seus currículos, até se converter num dos mais conceituados centros culturais da América Latina. No que tange, todavia, à economia de meios e de apetrechos disponíveis, parece-me que os novos Estatutos, elaborados com tanta dedicação e acêrto pelo Egrégio Conselho Universitário, é que vão abrir reais possibilidades de coordenação orgânica dos serviços de nosso ensino superior.

Prevalecendo a tese de que o embasamento da atividade universitária tem de ser constituído pelos Institutos, o que se deve esperar, antes de mais nada, tanto dos mestres como dos alunos, é uma radical mudança de atitude diante dos problemas culturais, sem o que subsistirão os mesmos insulamentos e setorizações, aquecidos por insopitáveis vaidades e não menos obsoletas prerrogativas de indivíduos e de grupos. Sejamos francos, já que esta é a hora da verdade, tal como foi firme e oportunamente proclamado pelo Presidente Garrastazu Medici: se há uma reforma a ser feita, em caráter prioritário e como condição de tôdas as outras, é a reforma da mentalidade no que se refere aos processos de aquisição e de transmissão dos valores culturais, a fim de que, professores e estudantes,

saibamos todos que a obra educacional exige dedicação e método, método e dedicação, o que pressupõe uma serena confiança na ação desveladora do tempo.

Essa mudança de mentalidade auxiliar-nos-á, de outro lado, a preferir os valores da eficiência e da sobriedade às soluções aparatosas, que implicam o sacrifício ou o adiamento de outros serviços não menos essenciais ao desenvolvimento orgânico e sincrônico da comunidade, à qual todos igualmente nos subordinamos.

Nada mais contrário, com efeito, ao ideal universitário do que a liderança carismática de homens que se julgem superiores à coletividade em que vivem. Numa Universidade democrática, como desejamos que seja a nossa, como expressão de uma sociedade plural, fundada na força criadora da liberdade e na pluralidade das afirmações espirituais, a liderança se confunde com a excelência do trabalho dedicado à formação da juventude, dela se podendo exigir que se habilite a dar às gerações futuras mais do que ora lhe destinamos.

Se ponho tanta ênfase na reforma da mentalidade é que não creio no sortilégio, em si e de per si, das estruturas jurídicas ou políticas. Estas não são válidas e fecundas quando se reduzem a formas exteriores, acrescentadas artificialmente às coisas, em lugar de se constituírem como algo que brota da íntima natureza dos fatos, como formas que fazem corpo e alma com as coisas mesmas, por traduzirem o sentido substancial da experiência ordenada. À essa luz, os novos Estatutos da USP, apesar de suas possíveis lacunas e imperfeições, merecem ser recebidos por todos nós, mestres e alunos, assim como pela comunidade paulista, como um instrumento de trabalho, dispendo-nos a suprir as lacunas com engenho inventivo e plástico, graças a soluções particulares ajustadas à realidade múltipla, e a superar as deficiências pela complementariedade das tarefas confiadas a cada um dos campos do conhecimento humano. Os Estatutos são um ponto de partida,

não um ponto de chegada, por mais que para nós, neste instante, se ponham como a diretriz dominante de um compromisso e de um empenho.

Permiti, meus senhores, que volte ainda uma vez ao passado, para apontar semelhanças e diferenças fundamentais. Refiro-me a uma questão que postula todo o nosso cuidado, pois se prende a uma das notas distintivas da USP. A nossa Universidade não surgiu como um oásis no meio do tumulto da sociedade paulista, mas, desde o início timbrou em viver em consonância com as esperanças e os desafios de nossa gente, de modo que representasse, também ela, uma *forma especial de trabalho* situada no sistema geral de relações de trabalho que marca a grandeza pioneira da terra bandeirante. Nestes seus trinta e cinco anos de existência, a Universidade de São Paulo tem procurado corresponder às necessidades vitais do Estado e da Nação, não apenas habilitando a juventude ao exercício atualizado das mais diversas profissões, mas também às exigências coletivas nos domínios da ciência e da tecnologia, das artes e das letras, do pensamento puro e das aplicações práticas de ordem empresarial.

Seria absurdo conceber-se uma Universidade divorciada das exigências do trabalho, o que demonstra quão artificial é a contraposição que se pretende levantar, maliciosamente, entre uma “Universidade crítica”, como é próprio de sua natureza, e uma suposta “Universidade empresarial”. Não há que falar em “Universidade empresarial”, só porque se procura armar a mocidade de conhecimentos adequados a atender aos reclamos das forças produtivas nacionais, e, por conseguinte, à tarefa patriótica do desenvolvimento, em todos os setores da realidade brasileira. Nem há motivo para infundados temores de subordinação da cultura a interesse subalternos, num mundo que cada vez mais depende da cooperação autônoma e da supervisão dos possuidores de conhecimentos científicos e tecnológicos, a cujas diretrizes e planejamento deverão, necessariamente,

se subordinar às atividades empresariais, sob pena de inevitável malogro. Talvez não será exagero dizer que o problema medular da Universidade contemporânea consista em procurar estabelecer uma correspondência cada vez mais concreta entre as “*formas de estudo*” e as “*formas de vida*”, de tal sorte que os moços possam realizar com autenticidade a sua real vocação.

Ao contrário de antagonismos abstratos, o que devemos estabelecer são condições de colaboração e de complementariedade entre tôdas as classes e categorias sociais, cabendo às Universidades a missão irrenunciável de formar homens capazes de ter a visão total dos problemas e de, nessa totalidade, situar o campo criador da própria habilitação profissional, como tão bem foi enunciado pelo ilustre conselheiro Prof. Laerte de Almeida Morais, na formosa oração com que me saudou, interpretando, desvanecedora-mente para mim, os votos do órgão máximo de nossa Universidade.

Em verdade, quem diz espírito crítico diz visão de totalidade, capacidade de discernimento e de medida, superamento daquilo que dissocia e separa, até ser possível alcançar as razões substanciais da unidade e assegurar as condições do êxito nos domínios da prática.

Sòmente assim, inserida nas exigências da vida quotidiana, para dela se elevar até às culminâncias da pesquisa pura e desinteressada, é que a Universidade, una e diversificada, tal como o seu próprio nome o sugere, realizará a sua missão, que, no fundo, se confunde com a de um perene humanismo, ontem modelado segundo os arquétipos da cultura clássica, de contornos prevalentemente estéticos, hoje fadado a tentar a maravilhosa síntese de uma cultura que, por mais que se embrenhe no labirinto dos interesses, jamais perca o fio condutor da verdade e da beleza.

Eis o que me pareceu oportuno dizer-vos, nesta hora, e neste local tão caro ao meu coração, ao suceder, nos

encargos da Reitoria, a dois queridos colegas e eminentes mestres da Faculdade de Direito, Professôres Luís Antônio da Gama e Silva e Alfredo Buzaid.

Seja-me dado ainda lembrar-vos, como remate de tudo que acaba de ser dito, que, nesta data, o País comemora o aniversário de Rui Barbosa, o paladino intemerato da liberdade e da democracia. Que êste seja o signo da administração que ora se inicia, em prol de uma Universidade concebida como unidade viva, liberta de facciosismos maléficis, nela se amando a liberdade com responsabilidade, e a cultura com zêlo e despreendimento, a côbro das agitações estéreis que tanto comprometem os povos imaturos.